

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.373.810 - RS (2018/0257345-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : DANIEL ZACCANI GALLINATI
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência da Súmula 83/STJ.

Nas razões recursais, sustenta o agravante negativa de vigência aos arts. 156, 158, 159, 386, II e VII e 564, III, *b*, todos do Código de Processo Penal, ao argumento de não haver nos autos prova da materialidade delitiva, uma vez que não realizada perícia na arma para aferir sua potencialidade lesiva.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do agravo.

É o relatório.

Decido.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, ao exame de seu mérito.

A divergência objeto do presente recurso diz respeito à necessidade de realização de exame pericial para a comprovação da lesividade da arma e, conseqüentemente, da tipicidade da conduta. Acerca da questão, manifestou-se o Tribunal *a quo* nos seguintes termos (fls. 187/188):

Autoria indubitosa.

O réu confessa o cometimento do delito, alegando que adquiriu a arma como forma de pagamento de venda de roupas, por seu bairro ser perigoso (CD - fl. 103).

O informante Thiago Pereira da Silva relata que estava com o réu no momento da abordagem. Ratifica que Daniel recebeu o armamento como pagamento, porque vendia roupas (CD - fl. 103).

O policial militar Lidurino Silva de Matos afirma que estavam realizando abordagens de rotina quando ordenaram a parada da motocicleta em que o réu estava conduzindo. Declara que encontraram a arma na cintura do apelante, municiada (CD - fl. 103).

Essas são as provas.

Como consabido, inexistente óbice na consideração de depoimentos policiais como meio hábil de prova. Basta que as declarações apresentem-se coerentes

no essencial, e verossímeis, exatamente como no caso.

O depoimento prestado pelo policial, aliado à confissão do acusado, revela o cometimento do delito de porte ilegal de arma de fogo.

O porte ilegal de arma de fogo é considerado delito de perigo abstrato, não sendo necessária a ocorrência de resultado naturalístico para sua consumação. Basta a mera conduta de portar arma de fogo em desacordo com determinação legal para violar o bem jurídico tutelado.

Em face do entendimento hoje consolidado no Superior Tribunal de Justiça, entende esta Câmara, ressalvado seu posicionamento anterior que, para a configuração do delito de porte ilegal de arma de fogo, desnecessária a realização de laudo pericial, conforme decisão, cuja ementa segue transcrita: [...]

Desta forma, comprovado o cometimento do delito previsto no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/03, pelo apelante, impositiva a condenação.

O acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência consolidada desta Corte no sentido de que o crime de posse ou porte não autorizado de armas e munições constitui delito de perigo abstrato, de modo que se mostra irrelevante aferir sua lesividade por meio de exame pericial.

O legislador, ao criminalizar a posse e o porte de arma e munição, seja de uso permitido, restrito ou proibido, preocupou-se, essencialmente, com o risco que a posse ou o porte de armas de fogo ou de munições representaria para bens jurídicos fundamentais, como a vida, o patrimônio, a integridade física, a segurança e a paz. Nesse sentido:

POSSE DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA PARA ATESTAR POTENCIALIDADE LESIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento no sentido de que é inaplicável o princípio da insignificância aos crimes de posse e de porte de arma de fogo e ou munição, ante a natureza de crimes de perigo abstrato, independentemente da quantidade de munição ou armas apreendidas.
2. Também é da jurisprudência iterativa deste Tribunal não ser necessária perícia para atestar potencialidade lesiva do artefato, justamente em razão da natureza do delito.
3. Por via de consequência, fica evidente que não há falar em inconstitucionalidade do crime, até porque é tema inapropriado ao veio do habeas corpus.
4. Ordem denegada (HC 411.835/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 09/10/2017).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. VIOLAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 10.826/2003. PORTE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. DELITO DE PERIGO ABSTRATO. CRIME DE MERA CONDUTA.

COMPROVAÇÃO DA LESIVIDADE. PRESCINDIBILIDADE. TIPICIDADE CONFIGURADA.

1. Segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal, os crimes previstos entre os arts. 12 a 18 do Estatuto do Desarmamento são considerados de perigo abstrato, notadamente em função da proteção do bem jurídico atinente à incolumidade pública.
2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que os crimes previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003 são de perigo abstrato, razão pela qual é desnecessária a realização de exame pericial para aferir a potencialidade lesiva do artefacto. (HC n. 356.349/MS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/8/2016).
3. É irrelevante aferir a eficácia da arma de fogo para a configuração do tipo penal, que é misto-alternativo, em que se consubstanciam, justamente, as condutas que o legislador entendeu por bem prevenir, podendo até mesmo ser o simples porte de munição ou o porte de arma desmuniçada.
4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1616779/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 18/11/2016).

Estando, portanto, o acórdão recorrido em consonância com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, incide a Súmula 83/STJ, a obstar o processamento do recurso especial, inclusive o interposto com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator